

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

Aos 31 dias do mês de maio de 2016, às 9h, na sede da COHAB-Minas, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião da Mesa de Diálogo com o objetivo de estudar alternativas para a solução pacífica dos conflitos no Território Quilombola de Mata dos Crioulos, situado entre os parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé, no Município de São Gonçalo do Rio Preto, a aproximadamente 56 km de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha.

A reunião foi coordenada pelo Presidente da Mesa de Diálogo, Claudius Vinícius Leite Pereira, que abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa. Em seguida, explicou o funcionamento da Mesa de Diálogo e passou a palavra para Zaira Moutinho, da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX).

Primeiramente, ela agradeceu a oportunidade de abrir o diálogo e disse que solicitou a ajuda da Mesa de Diálogo para tratar do conflito no território, que possui sete comunidades quilombolas afetadas pelos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé. Informou que as comunidades possuem certificado da Fundação Palmares e laudo antropológico aprovado pelos técnicos do INCRA e que as famílias sofrem há mais de 20 anos com a ação do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Afirmou que, ao longo desses anos, a comunidade perdeu parte considerável do seu espaço, inclusive as Lapas, que, segundo ela, são uma espécie de segunda moradia das pessoas nos períodos de chuva. Ressaltou que os quilombolas estão impedidos, através de ações truculentas do IEF, de acessar os lugares de manejo de recursos naturais que são preservados por eles há mais de 100 anos. Zaira salientou que, se hoje existe um recurso natural preservado, é mérito dos povos tradicionais, que agora rogam a ajuda da Mesa de Diálogo e do Estado de Minas Gerais para permanecerem em seu território.

Maria Jovita Gomes, moradora da comunidade, concordou com tudo o que Zaira falou e acrescentou que as famílias tiveram suas casas queimadas, as fonalhas quebradas e muitos foram ameaçados. Disse ainda que até a Polícia já esteve em sua casa. Clamou por ajuda e concluiu dizendo que espera que o acesso a toda área da comunidade seja liberado o mais rápido possível.

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

Lorico Lotérico Correia ponderou sobre a necessidade de se manter o manejo das flores em dia. Segundo ele, quanto mais se colhem as flores, mais elas nascem. Disse ainda que as famílias querem o território do mesmo jeito que era antes, com liberdade de acesso a todas as áreas do local.

Aderval Costa Filho, antropólogo e professor da UFMG, salientou que vem acompanhando a luta da comunidade para permanecer no território supracitado. Em sua análise, o conflito é emblemático e o território é uma dimensão imprescindível à sobrevivência da comunidade, pelos elementos simbólicos, divisão do trabalho social, construção de identidade e relações socioeconômicas. Ressaltou que existem dispositivos constitucionais, leis, decretos, acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e outras normas relacionadas às comunidades quilombolas e aos povos tradicionais garantidoras de seus direitos. Pontuou que o manejo e a colheita das flores vinculam-se, nos níveis simbólicos e rituais, com o referido modo tradicional de existência e que tais práticas são vitais às comunidades, assim como o acesso às campinas de flor. Aderval ponderou que, além da dimensão econômica, de sobrevivência, há a questão territorial: as lapas são moradias que recebem inclusive o nome das famílias que historicamente as habitam, e o fato de a ocupação das estruturas ser sazonal não as desqualifica como tal. Relatou que, *in loco*, foi informado que as pessoas não conseguiam sequer se aposentar em consequência das restrições impostas pelo IEF. Disse que é importante encontrar uma maneira de conciliar esses dois interesses, quais sejam, a preservação ambiental e a preservação sociocultural. Segundo Aderval, existem mais de 550 famílias que ocupam cerca de 95% (noventa e cinco por cento) da área do parque. Concluiu sua fala realçando que o IEF deveria estar atento a essas questões e solicitando ao Estado que essa situação seja verificada.

Maria Jovita assinalou que havia, em uma fazenda que hoje é ocupada pelos “olhadores do parque”, um cemitério e uma capela com quarto para velar os mortos. Informou que ela mesma tem uma sobrinha que “ganhou menino” lá. Informou que

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

possui outra conhecida que nasceu local que está embargado hoje. *“Nós não conforma do jeito que tá lá hoje [...] minha avó morava lá no final da chapada e como a gente pode deixar ficar do jeito que tá? É muita historia que a gente tem de contar de lá”*, desabafou ela.

Luci Rodrigues, representante do INCRA, disse que a autarquia é responsável pela regulação fundiária das comunidades quilombolas e que, nesse caso, o INCRA já fez o relatório antropológico, que foi aprovado, sendo inclusive a peça que fundamenta o pleito. Salientou se tratar de um trabalho que necessitou de dois anos para ser elaborado, bem detalhado e fundamentado tecnicamente, o que demonstra que o acesso ao referido território é um direito dessas comunidades. Luci destacou que a sobreposição com os parques não é o único problema, pois há atividade de mineração de manganês que vem afetando a vida da comunidade. Terminou sua fala solicitando ao IEF que, por lei, produza a recategorização do parque, de modo que a Comunidade Quilombola possa retornar às suas atividades tradicionais.

Fernanda Teixeira Silva, bióloga e analista ambiental, informou estar na Mesa como representante do Diretor Geral do IEF e disse que o órgão está aberto ao diálogo para se chegar à melhor solução para o conflito. Disse que está anotando todas as considerações para levar ao conhecimento de seus diretores, para tentar construir uma forma de solução que atenda as duas partes, e que o IEF já está criando um grupo de trabalho para discutir a controvérsia. Informou que já existe um diagnóstico para regulamentar o uso e o manejo das sempre-vivas. Comentou os resultados auferidos a partir de um trabalho realizado pela empresa de consultoria, a pedido do órgão, que o IEF já percebeu a importância de fazer a regularização do uso e manejo das sempre-vivas. Concluiu dizendo que as unidades de conservação existem para a preservação da biodiversidade. Nesse sentido, realçou que os parques (em função de suas categorias) possuem legislações específicas. Informou que, embora não possa dizer nada sobre a recategorização da área, passará o assunto para o diretor responsável pela pasta.

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

Luci Rodrigues pontuou, em relação aos aspectos legais que fundamentam os parques, que todos sabem que os fundamentos legais também asseguram o direito das comunidades.

Zaira Moutinho disse que o IEF tem pautado seus trabalhos em legislações que ferem tratados internacionais. Em relação à empresa de consultoria contratada pelo IEF, salientou que, dentre os problemas relacionados aos trabalhos por ela executados, pode-se destacar um caso de biopirataria, pontuando que a empresa entrou no território, fez pesquisa, desenvolveu produtos e não informou nada às comunidades. Asseverou que quem de fato preserva o território são as comunidades, e que é imperioso garantir que as comunidades possam continuar a acessá-lo, como faziam desde tempos imemoriais.

João Pio, da SEDPAC, propôs a instituição de uma câmara técnica para que se construa uma política de desenvolvimento sustentável na região, com fulcro na Lei 21147 / 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Relatou a importância da Comissão Estadual de Povos e Comunidades tradicionais, enfatizando o papel dos territórios para essas populações que, em regra, estão em condição de vulnerabilidade. Enfatizou que esses povos tradicionais são cidadãos mineiros que precisam ter garantidos os seus direitos.

Fernanda Teixeira Silva comentou, a respeito da contratação da consultoria, que esse trabalho já estava sendo desenvolvido antes de sua posse, e que não havia recebido nenhum comunicado sobre isso. Salientou que é o momento de verificação desses fatos, que realmente devem ser apurados, mas que não tinha conhecimento dos fatos narrados em relação à biopirataria e à entrada da empresa nos espaços quilombolas, sem que estes soubessem. Disse ainda não conhecer o detalhamento das denúncias.

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

Aderval Costa Filho ponderou que, em função de já se conhecer o perímetro, não se justifica mais nenhum estudo de ampliação dos parques, já que existe a delimitação da área de direito da comunidade. Considera pertinente e cabível para o IEF a suspensão imediata de qualquer projeto de ampliação, até que as atividades do INCRA sejam finalizadas. Considerou necessário que seja feito um acordo que impeça lesões ao meio ambiente e que garanta o uso tradicional da propriedade, sobretudo no contexto de Diamantina, onde está mais consolidado o direito possessório que o dominial, mas que essa peculiaridade é resguardada pela Constituição da República.

Em consonância com a fala do professor Aderval Filho, Zaira Moutinho solicitou ao Estado, por intermédio da Mesa de Diálogo, que fosse feito um acordo de uso da terra, até a finalização do trabalho do INCRA. Disse que essa é a melhor forma de garantir o cumprimento da legislação.

Claudius Vinicius Leite Pereira propôs a criação de uma Câmara Setorial em Diamantina, para que os técnicos da Mesa possam conhecer de perto a situação do conflito. Ressaltou que o acordo deve ser construído levando-se em consideração as leis, já que existe um parque legal no local. Salientou que é necessário construir uma política que reconheça o papel dos povos tradicionais, que já se encontravam no território antes da criação do parque. Destacou que o espaço da Mesa de Diálogo não delibera, apenas organiza possibilidades de acordo. Concluiu propondo que, na próxima semana, aconteça uma reunião da Câmara em Diamantina.

Neila Batista, representante da SEGOV na Mesa de Diálogo, acrescentou que uma situação de gravidade similar acontece no norte de Minas. Acredita que deve se encontrar uma solução definitiva, sendo essa a ideia da Câmara Setorial proposta pelo presidente da Mesa. Segundo ela, os órgãos de governo precisam participar e também órgãos federais, como INCRA e IBAMA. Sugeriu que participem dessa Câmara Setorial o IEF, a POLÍCIA AMBIENTAL, SEDPAC, SEDA, UFMG, CAA, CODECEX etc. Afirmou que a ideia é fazer um esforço para que haja uma reunião

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

durante um dia inteiro, para estabelecer todo o calendário de ações com os devidos prazos. Enquanto as tratativas se realizam, ressaltou a importância de se formalizar, nessa Câmara, um acordo que vise a flexibilização do acesso das comunidades tradicionais ao seu território.

Raquel [REDACTED], representante do Ministério Público Federal (MPF) disse que, *a priori*, o MPF entende que a comunidade é legal e o que está em risco é o direito de existência dessa comunidade. O MPF entende ser necessário um acordo que garanta a sobrevivência da comunidade até se chegar à uma solução definitiva.

“Imagino que esse próximo encontro possa ser o marco inicial desse acordo, com a presença das pessoas que têm o poder decisório”.

No encerramento da reunião, Zaira Moutinho disse ter ficado feliz com o encaminhamento proposto e sugeriu que os integrantes da Mesa visitem a Mata dos Crioulos para conhecer a realidade da comunidade quilombola. Já a representante do IEF informou, quanto à ampliação dos parques, que o processo está paralisado por causa das atividades do INCRA.

O Presidente da Mesa de Diálogo encerrou os trabalhos definindo os **seguintes encaminhamentos:**

- A Mesa de Diálogo fará uma Câmara Setorial em Diamantina, na próxima semana, para refinar as discussões e promover a construção paulatina de acordos e políticas com foco no reconhecimento e na garantia dos direitos das comunidades tradicionais, de forma coletiva. Na oportunidade, será criado um calendário com pautas e prazos definidos.

- Inicialmente, a Câmara Setorial terá os seguintes participantes: Diretoria Executiva da Mesa de Diálogo, IEF, Polícia Ambiental, SEMADE, SEDPAC, IFVJM, SEDA, UFMG, CAA, MPF, AGE, CIMOS, MPMG, CODECEX.

ATA Nº 048/2016 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto NE 203, de 1º de julho de 2015.

- Sugestão do MPF: construção participativa desse acordo de uso tradicional do espaço.

Aprovados os encaminhamentos, definiu-se que a lista de presenças corresponderia à lista de assinaturas da ata. Belo Horizonte, 31 de maio de 2016.